

XIX Congresso da Ordem dos Engenheiros Sociedade, Território e Ambiente. A Intervenção do Engenheiro

Intervenção do Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Eng. Carlos Matias Ramos

As minhas primeiras palavras dirigem-se ao Sr. Ministro, pela honra que nos concedeu por presidir a esta Sessão de Abertura do XIX Congresso Nacional da Ordem dos Engenheiros.

É, estamos certos, uma prova do reconhecimento do Governo pela Engenharia Portuguesa.

Permitam-me igualmente dirigir um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que desde sempre tem manifestado o valor que atribui à Engenharia nacional e à OE e ao Sr. Presidente do CRUP, Professor António Rendas, pela forma empenhada como tem contribuído para a resolução de situações inerentes ao reconhecimento além-fronteiras, no âmbito das suas competências, de diplomas ministrados por Universidades Portuguesas.

Com a realização deste Congresso pretendemos estimular, simultaneamente, uma reflexão sobre o passado próximo e um debate sobre as linhas de ação futura, quer na atividade profissional dos engenheiros, quer na sua contribuição para o progresso económico e social do País, aspeto particularmente relevante na situação atual.

Pretende-se igualmente salientar a necessidade do reforço da participação da Engenharia na procura de soluções para os problemas emergentes, face aos constrangimentos da sustentabilidade na utilização e aproveitamento dos recursos disponíveis, numa preocupação de, em simultâneo, identificar medidas que melhorem o acesso dos setores sociais – Estado, empresas e particulares – aos serviços prestados pelos Engenheiros.

Saliento que é nosso objetivo enviar ao Governo e à Assembleia da República as conclusões do Congresso, por estarmos certos que, destes dois dias de trabalhos intensos, resultarão sugestões relevantes, quer nos domínios profissional, quer no que se refere à interação da Engenharia com a sociedade.

Encerramos com este evento as comemorações dos 75 anos da Ordem dos Engenheiros.

No decorrer destas comemorações concretizámos um programa extenso que envolveu diversas ações orientadas para a análise do passado da Ordem, e para o presente e o futuro da atividade dos engenheiros em Portugal, sustentadas em mais

de 300 sessões promovidas pelas Regiões e pelos colégios de especialidade e pelas especializações, incluindo diversos debates sobre temas com interesse para a procura de propostas que possam contribuir para o desenvolvimento económico e social do País.

Porque a Ordem dos Engenheiros, nascida em 24 de Novembro de 1936, constitui, pela sua história, um património e uma memória coletiva que temos obrigação de preservar e transmitir às gerações vindouras, publicámos um livro, da autoria das Professoras Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, intitulado “Ordem dos Engenheiros - 75 anos de História”.

Com este livro estamos conscientes de contribuir para que essa memória e essa história não se percam no tempo e também para que, ao lançar o olhar para estes 75 anos, possamos melhor perspetivar o futuro.

Com este propósito saliento o Ciclo de Conferências “A Engenharia – Que Futuro?”, que constituiu um dos pontos altos dessas comemorações, não só pela relevância do tema, mas fundamentalmente pela mobilização que proporcionou entre os membros e pelos especialistas que reuniu, assumindo-se como uma excelente oportunidade para uma análise das perspetivas futuras da atividade de Engenharia nas diversas especialidades e uma reflexão sobre o ensino que se pretende como valorizador e impulsionador dessa atividade.

Sem que se possam extrair conclusões universais deste Ciclo de Conferências, duas surgem como podendo ser consideradas consensuais: a relevância de uma sólida formação de base e a constante evolução científica e tecnológica que impõe uma exigência de formação ao longo da “vida profissional”, para enfrentar as mudanças quase contínuas nos aspetos fundamentais da prática profissional.

Foi igualmente realçada a necessidade de preparar o “engenheiro global”, cidadão do mundo, com reforço da aprendizagem nas chamadas *soft skills*: nomeadamente em economia e gestão, criatividade e empreendedorismo, liderança e relações laborais, marketing e enriquecimento cultural.

Saliento que Portugal dispõe de um nível elevado de capacidade de Engenharia instalada, com instituições, empresas e profissionais de excelência, bem evidenciada pelos prémios internacionais que têm sido atribuídos aos nossos engenheiros, pelas obras e soluções de Engenharia que desenvolveram e que evidenciam o reconhecimento internacional.

Em relação ao ensino, aspeto determinante na formação dos engenheiros, é nossa convicção que a oferta de cursos com o nome de Engenharia deve estar escudada em três condições essenciais: mercado de trabalho na área da oferta do curso; garantia de que corresponde a formação académica estável e ajustada a esse

mercado; conteúdos baseados em saberes consolidados, que estimulem a inovação e a investigação.

Temos assistido, nas últimas décadas, à proliferação de cursos com o nome de Engenharia, num total atual de várias centenas, envolvendo licenciaturas (primeiro ciclo de três anos), mestrados e doutoramentos.

Como transmitir para a sociedade “quem é quem” no mercado da Engenharia, com uma oferta de cursos tão dispersa e confusa para alunos, empregadores e famílias, e, nalgumas situações, tão desligada das necessidades efetivas do País?

Compreendem-se, assim, as grandes dificuldades da Ordem dos Engenheiros no cumprimento de uma das suas atribuições fundamentais – a regulação na admissão à OE e a regulação do exercício profissional, aspetos tanto mais relevantes quando a Engenharia é uma profissão de confiança pública.

Sempre nos batemos por um sistema de acreditação que, de forma exigente e rigorosa, regule a oferta de cursos e que perante o designado Processo de Bolonha não ponha em causa os níveis de rigor e exigência no ensino.

Face à implementação do Processo de Bolonha, uma das questões recorrentes está associada à necessidade de avaliar as consequências, na transição para o mercado de trabalho, da diminuição da duração dos cursos, conduzindo à colocação no mercado de profissionais de Engenharia com base no 1.º ciclo (três anos).

Em relação a este aspeto, cito um dos pontos focais constantes do relatório do grupo de trabalho sobre empregabilidade, constituído no âmbito do Bologna Follow-up Group, na parte sobre Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal, datado de Setembro 2012.

Este relatório refere que “a empregabilidade dos diplomados ao nível do bacharelato (em Portugal equivalente a licenciatura) é um problema muito especial nalguns países, existindo a perceção generalizada, quer entre os diplomados, quer entre os empregadores, que as qualificações obtidas ao nível do bacharelato (em Portugal equivalente a licenciatura), nem sempre são adequadas para o emprego” (fim de citação).

Tem sido esta a nossa perceção em relação aos cursos de Engenharia, na convicção de que cursos com três anos, potencialmente adequados para a área da produção, desde que devidamente orientados para esse objetivo, são, na maioria das situações, insuficientes para uma adequada preparação de profissionais habilitados para o desempenho de atos de Engenharia, designadamente nos domínios da conceção e da inovação.

Na sequência da implementação do designado Processo de Bolonha têm sido publicados em Portugal documentos legais que contêm medidas que classificam por igual formações académicas diferentes e que, conseqüentemente, põem em causa a importância dessas formações como fator determinante na valorização das competências.

São medidas que não estimulam quem procura obter mais e melhor conhecimento para o desempenho dos atos de Engenharia e que têm contribuído para a desregulação da profissão de engenheiro no nosso País.

A este propósito refiro, pela sua relevância e a título de exemplo, o conteúdo da Portaria n.º 782/2009, que regulamenta o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). Esta Portaria ignora a diferença entre formações académicas antes e depois do designado “Processo de Bolonha”, atribuindo o mesmo nível ao bacharelato e à licenciatura (nível 6), sem diferenciar os títulos obtidos antes e depois da Reforma de Bolonha.

Esta classificação desvaloriza a qualificação profissional de centenas de milhares de licenciados pré-Bolonha, de forma gravosa, injusta e incompreensível, na medida em que não só colide com o reconhecimento das suas qualificações profissionais, há dezenas de anos consolidado e aceite pela Sociedade, como também introduz confusão no próprio ordenamento jurídico nacional, em especial sobre o reconhecimento nas formações de nível superior.

Origina, igualmente, confusão na equiparação de qualificações por parte de associações profissionais de engenheiros de outros países, em especial nos de língua portuguesa, confusão com que já fui confrontado e à qual a Ordem tem dedicado particular atenção.

A Ordem dos Engenheiros sempre se manifestou por um ensino da Engenharia exigente e rigoroso, e por reconhecimento da formação académica como relevante para o desempenho da profissão, repudiando soluções fáceis e enganosas, tendo repetidamente chamado a atenção para esta Portaria e pugnado, sem sucesso, pela correção, no Quadro Nacional de Classificações, de uma injustiça que todos concordamos ser incompreensível e potenciadora de confusões.

Numa altura de crise económica, à qual está fortemente associada uma crise de valores, tivemos sempre por objetivo, de forma clara, evidenciar a Engenharia, no seu papel de apoio à Economia e numa perspetiva de relevar a sua importância no seu regresso à economia real, em oposição ao desenvolvimento excessivo do “virtual”, da especulação e da valorização de produtos que conduziu à atual crise.

E qual tem sido o papel da Engenharia na atual crise económica?

A Engenharia, face aos conceitos de gestão atualmente dominantes na nossa sociedade, passou a ser percebida, designadamente nos últimos anos, não como um

fator determinante do desenvolvimento económico, valorizado em si mesmo, mas apenas uma peça de um puzzle.

Esta é, sem dúvida, uma perceção que a desvaloriza e que nos impõe uma grande reflexão sobre o momento atual e o futuro da Engenharia em Portugal.

Têm sido produzidas afirmações que apontam a Engenharia como uma das causas da crise e não como fazendo parte da sua solução. A Engenharia e os engenheiros não decidem investimento público!

Porque defendemos que a decisão sobre o investimento público, necessariamente sempre política, deve ser suportada numa análise custo-benefício, independente de contextos político-partidários, a Ordem dos Engenheiros promoveu e editou uma publicação intitulada “Seleção e Avaliação de Investimento Público-Documento Orientador”.

Esta publicação que, em Junho, enviámos aos membros do Governo e que mereceu referências muito elogiosas por parte do Sr. Presidente do Tribunal de Contas, permitirá, se for adotada, a exemplo do que se verifica noutros países, com as necessárias correções, enquadrar procedimentos que sustentem o processo de decisão.

Pretende-se, assim, com base num “check-list” procedimental, conferir mais racionalidade às decisões de investimento público, sustentando-as numa metodologia consistente e estruturada de avaliação objetiva, que minimize o risco de permanentes discussões sobre prioridades de investimento, não pondo permanentemente em causa quem apenas teve a responsabilidade de o executar. Ainda não obtivemos qualquer reação por parte dos decisores políticos.

Estamos a atravessar um período da nossa história em que todos os sinais apontam para uma desvalorização da Engenharia, desvalorização que passa pela não dignificação da profissão de engenheiro.

Efetivamente, esta profissão está, neste período da nossa história, a passar por momentos difíceis, tanto no setor público como no setor privado.

No setor público as causas são as mais diversas.

Destaco a substituição na cadeia de decisão, em setores eminentemente técnicos do Estado, de engenheiros por outros profissionais não técnicos, bem evidente na redução do número de engenheiros no topo da cadeia de decisão, substituindo-os por profissionais de outra formação.

Assistimos, designadamente na última década, à desvalorização da carreira de engenheiro na função pública, bem evidente ao integrá-la no “bolo” de técnico

superior, sem ter em conta a especificidade da atividade de Engenharia e sem distinguir competências para a prática dos atos de Engenharia.

Não deixa de ser preocupante que alguns dos organismos públicos, de caráter eminentemente técnico, extintos ou reformulados, arrastem a perda das competências de que dispunham e, conseqüentemente, das capacidades técnicas de resposta da Administração Pública.

Esta situação deu origem ao enfraquecimento do próprio Estado, que passou a apoiar-se fundamentalmente em entidades, muitas vezes voláteis, e em empresas privadas, que pela sua natureza estão fora do domínio da responsabilização por atos praticados.

No setor privado, assiste-se ao encerramento de empresas de Engenharia com conseqüências de difícil antecipação em termos de redução da nossa capacidade para dar resposta a situações que potenciem a retoma do crescimento económico. Profissionais altamente competentes são obrigados a emigrar. Ofertas de emprego com ordenados ultrajantes e colocadas em portais oficiais estão a surgir de forma despudorada.

E o pior é que poderá estar a instalar-se na sociedade Portuguesa o conceito, embora eventualmente conjuntural, de que não vale a pena optar por cursos de Engenharia. São cursos trabalhosos e as matemáticas e as físicas são, também elas, fatores de desmobilização.

Esta situação atingiu proporções alarmantes na oferta dos cursos de Engenharia civil, onde a oferta foi drasticamente superior à procura, designadamente nas Escolas de ensino superior politécnico.

A Ordem dos Engenheiros tem, reiteradamente em diversas intervenções, chamado a atenção para estas situações que, infelizmente, são do conhecimento de todos. Não serão necessários especiais dotes de adivinho para prever as conseqüências.

Efetivamente, é nossa convicção que o desenvolvimento de um país é do exato tamanho da sua Engenharia. Um país sem uma Engenharia de qualidade e reconhecida, é um país sem futuro. Daí o nosso alerta!

A ultrapassagem da crise pressupõe crescimento económico, com forte aposta na internacionalização da economia, o que, numa sociedade globalizada e altamente competitiva, pressupõe empresas fortes e tecnicamente apetrechadas.

A questão da competição internacional é complexa. Se dependesse apenas dos conhecimentos dos profissionais, dos meios de cálculo usados e da iniciativa individual, não existem dúvidas que estaríamos a par do que de melhor se faz, pelo menos nas áreas onde podemos ambicionar ter massa crítica.

A questão é que existem outros fatores, alheios à competência e qualificação dos profissionais, que influenciam fortemente a competitividade, como o custo dos fatores de produção, a ligação entre as empresas e os centros de investigação, a lentidão e as condições de financiamento, a capacidade de comercialização e a credibilidade e imagem do país, entre outros.

A globalização renovou a necessidade de uma aposta forte nas exportações e na redução das importações, aposta só possível através da modernização dos sistemas produtivos, que passa necessariamente por uma reindustrialização que impõe uma Engenharia de qualidade.

Se as empresas portuguesas não forem eficientes e competitivas e, como tal, internacionalmente reconhecidas, o que pressupõe a incorporação de uma Engenharia e tecnologia exigentes e modernas, muito dificilmente poderão ter sucesso, designadamente nos mercados internacionais e, conseqüentemente, mais difícil se tornará a retoma do crescimento económico.

Empresas que apostem na repetição do seu produto, empresas de repetição, só se tornarão empresas de futuro se se tornarem em empresas de inovação.

A inovação pressupõe Engenharia e tecnologia de qualidade e uma mais empenhada e profícua ligação entre as empresas e a Academia e os Centros de Investigação. Embora se note alguma evolução nesta área, tem sido, em alguns casos, mais fácil às universidades Portuguesas credenciadas integrarem projetos com empresas internacionais do que interagirem com empresas nacionais.

Possivelmente por deficiência dos canais de comunicação, algumas destas últimas, quando confrontadas com a necessidade de novos projetos ou com problemas técnicos, recorrem mais facilmente a consultores estrangeiros e soluções importadas, do que às capacidades nacionais existentes.

O problema que se coloca é que muitas vezes o recurso a tecnologia estrangeira decorre mais da ausência de planeamento e de desconhecimento por parte dos decisores públicos e privados do que por falta de capacidade endógena.

É evidente que existem argumentos fortes para esta aparente ausência de diálogo entre, por um lado, as estruturas de ensino e investigação e, por outro, o setor económico, mas torna-se necessário que, no futuro, se façam esforços para um melhor ajustamento entre as capacidades e as necessidades nacionais.

A Ordem dos Engenheiros está empenhada em contribuir para intermediar a melhoria da articulação entre a Academia e os Centros de Investigação e entre estes e o setor empresarial. Têm sido realizadas algumas iniciativas nesse sentido, embora incipientes, existindo espaço e vontade para uma intervenção mais eficaz no futuro.

A Engenharia portuguesa, com provas dadas por todo o mundo e reconhecida internacionalmente, está apta e pronta aos desafios e aos caminhos que o país

decida percorrer. A Engenharia estará, estou certo, na linha da frente para enfrentar esses desafios. Assim ela seja devidamente reconhecida e mobilizada.

A Engenharia é como a saúde: só lhe damos valor quando a perdemos. O País está a correr o risco de perdermos as competências de que dispomos, competências nem sempre utilizadas na plenitude.

Todos estamos convictos, e a experiência evidenciada pela história do nosso País assim o confirma, que os engenheiros desempenham um papel importante numa nova sociedade mais eficaz, assente na realidade de uma economia não virtual, que se traduza em “pôr os pés na terra”, assumindo um papel determinante no regresso da sociedade à economia real.

Acreditamos, e por isso nos temos batido, que o saber e a competência em Engenharia e tecnologia são a chave para a modernização da nossa sociedade, fornecendo o “arsenal” adequado na luta contra a crise económica e contra situações que potenciem a desvalorização das competências e a desregulação no exercício da profissão de engenheiro, profissão de confiança pública.

Estamos aptos para, com o nosso conhecimento e a nossa capacidade técnica, contribuir para as mudanças que terão de acontecer. Queremos ser agentes ativos na construção da nossa economia, logo do nosso País.

A nossa disponibilidade está sustentada, citando Camus, no lema “a verdadeira generosidade para com o futuro consiste em dar tudo ao presente”.

Obrigado pela Vossa atenção.

Lisboa, 19 de Outubro de 2012

(Vale a versão lida)